

A delinquência acadêmica

MAURÍCIO TRAGTENBERG*

A crise da Universidade e da Educação neste país foi intensamente discutida no 1º Seminário de Educação Brasileira, realizado em Campinas. Porém, no meio de muita discussão teórica, houve um momento em que grande parte do público presente explodiu em aplausos. Foi quando encerrou sua comunicação o professor Maurício Tragtenberg, da Faculdade de Educação da Unicamp e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV). Maurício Tragtenberg, com sua longa experiência, rasgou o verbo e com grande coragem deu um retrato fiel e ao mesmo tempo sombrio da situação crítica da Universidade brasileira. Aqui, ele repete a dose.

por Laerte Zaggiati

Folhetim: Professor Maurício, que universidade é esta?

Maurício Tragtenberg: A universidade está em crise e isso ocorre porque a sociedade está em crise. O tema é amplo, abrangendo a relação entre dominação e saber, a relação entre o intelectual e universidade como instituição ligada à dominação, ou seja, a universidade anti-povo. A universidade não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia, um saber neutro, científico, quer dizer, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo” acima das contradições sociais. Isso se acirrou a partir de 1964, quando a Universidade foi praticamente

apartada da realidade, se encastelou. Nesse momento surgiu a figura do intelectual burocrata, do funcionário intelectual, que mais reproduz do que produz conhecimento próprio.

Folhetim: Aparentemente ela distribui o saber “objetivo”. Mas qual deveria ser a função real da universidade?

Maurício: Hoje a universidade forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital. Nos institutos de pesquisa cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados. Nas escolas de Direito forma os aplicadores de legislação de exceção. Nas escolas de Medicina aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do



* *In Memoriam.*

MAURÍCIO TRAGTENBERG foi professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); autor de “Burocracia e Ideologia” e “Administração, Poder e Ideologia”, entre outras obras.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 03.12.1978.



sistema. Em suma, trata-se de um “compêlo de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um serviço do saber.

Folhetim: Existe gente na Universidade preocupada com a reforma universitária. Mesmo assim...

Maurício: A coisa é feita às cegas. Existe a figura do planejador tecnocrata formado pelas faculdades de educação a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas educacionais que são verdadeiras “restaurações”. Formam o professor-policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, seu conformismo ante o saber professoral. A pretensa criação do conhecimento é substituída pelo controle sobre o parco conhecimento produzido pelas nossas universidades. O controle de meio se transforma em fim e o campus universitário cada vez mais parece um universo concentracionário que reúne aqueles que se originam das classes alta e média, professores e alunos, “herdeiros” potenciais do poder através de um saber minguido atestado por um diploma.

Folhetim: Qual o mecanismo através do qual a Universidade mantém sua característica classista?

Maurício: A Universidade classista se mantém através do poder exercido pela seleção dos estudantes e pelos mecanismos de nomeação para os professores. Na universidade mandarinal do século passado o professor cumpria a função de “cão de guarda” do sistema, ou seja, como produtor e reproduzidor da ideologia dominante, chefe da disciplina do estudantado. Cabia à sua função professoral, acima de tudo, inculcar as

normas de passividade, subserviência e docilidade através da repressão pedagógica. A transformação do professor “cão de guarda” em “cão pastor” acompanha a passagem da universidade pretensamente humanística e mandarinesca à universidade tecnocrática, onde os critérios lucrativos da empresa privada funcionarão para a formação das fornadas de “colarinhos brancos” rumo as usinas, escritórios e dependências ministeriais. E o mito da assessoria, do posto público que mobiliza o diplomado universitário.

Folhetim: Como o senhor explica o fato de que a Universidade também mantém alguns cursos críticos?

Maurício: Os “cursos críticos” desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinquência acadêmica, aqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da “crítica”, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato universitário. Não se trata de discutir a apropriação burguesa do saber ou não-burguesa do saber, e sim a destruição do “saber institucionalizado”, do “saber burocratizado” como único “legítimo”.

Folhetim: A função principal da Universidade seria então a de reproduzir a ideologia do sistema da dominação?

Maurício: A Universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas pelos servos que ela forma. Por exemplo, o sistema de exames, esse batismo burocrático do saber. O exame é a parte visível da seleção. A parte



invisível é a entrevista, que cumpre as mesmas funções de “exclusão” que possui a empresa em relação ao futuro empregado. Informalmente, docilmente, ela “exclui” o candidato. Para o professor há o currículo visível tipo publicações, conferências e atividade didática, e há o currículo invisível, esse de posse da chamada “informação”, que possui espaço na Universidade, onde o destino está em aberto e tudo é possível acontecer. Há os “ratos” das salas privadas, os “ratos” da Reitoria. É através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas, nem sempre os mais produtivos, que a burocracia universitária reproduz o canil dos professores.

Folhetim: O que é essa “delinquência acadêmica”?

Maurício: Essa “delinquência acadêmica” aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant ou se conhecer. Se os estudantes quiserem conhecer os espíritos audazes da nossa época, é fora da Universidade que irão encontra-los. A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica. É a razão pela qual os filósofos da revolução francesa se autodenominavam de intelectuais e não de acadêmicos. Isso ocorria porque na Universidade havia hostilidade ao pensamento crítico avançado. O projeto de Jefferson para a Universidade de Virginia, concebida para a produção de um pensamento independente da Igreja e do Estado de caráter crítico, foi substituído por uma universidade que mascarava a usurpação e monopólio da riqueza, de poder. Isso levou os estudantes da época a realizarem programas extras curriculares onde Emerson se fazia ouvir, já que o obscurantismo da época impedia sua entrada nos prédios universitários.

Folhetim: Além de pouco audaz parece que a “delinquência acadêmica” se preocupa mais com o título do que com o ensino.

Maurício: É que a política das “panelas” universitárias de corredor e a publicação a qualquer preço e um texto qualquer se constituem o metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem serve e para que serve?

Folhetim: A quem e para quê?

Maurício: Em nome do “atendimento à comunidade” e do “serviço público”, a universidade tende cada vez mais a se adaptar a qualquer pesquisa a serviço dos interesses econômicos hegemônicos. Nesse passo a universidade brasileira oferecerá disciplinas como as existentes na Metrópole: cursos de escotismo, defesa contra incêndios, economia doméstica e datilografia a nível de secretariado... (risos) pois já existe isso em Cornell, Wisconsin e outros estabelecimentos legitimados. A universidade brasileira se prepara para ser uma “multiversidade”, isto é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar. A universidade vista como prestadora de serviços corre o risco de enquadrar-se numa “agência de Poder”, especialmente após 68, com coisas do tipo Operação Rondon. O assistencialismo universitário não resolve o problema da maioria da população brasileira: o problema da terra. Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da descrição ética e da finalidade social de sua produção. E uma “multiversidade” que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda. Isso tudo encoberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto. Já na década de 30, Frederic Lilge, em seu livro *“The Abuse of Learning: The*



Failure of German University” acusava a tradição universitária alemã da neutralidade acadêmica de permitir aos universitários alemães a felicidade de um emprego permanente, escondendo a si próprios a futilidade de suas vidas e seu trabalho.

Folhetim: No 1º Seminário de Educação Brasileira a situação parecia ser outra. Havia bastante gente preocupada com a responsabilidade social do educador.

Maurício: Realmente havia. Mas eu não me iludo com congressos. A maioria dos congressos acadêmicos universitários serve de “mercado humano” onde entra contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel onde se trocam informações sobre inovações técnicas. Revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais. Estritamente falando, o mundo da realidade concreta é muito generoso com o acadêmico, pois o título torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é escamoteado. A ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, ele faz fé de apolítico, servindo assim à política do poder. A filosofia racionalista do século 18 legou uma característica do verdadeiro conhecimento: o exercício da cidadania implicava no soberano direito de crítica à autoridade, aos privilégios e tradições. O serviço público prestado por esses filósofos não consistia na aceitação indiscriminada de qualquer projeto, fosse destinado à melhora de colheitas, ao aperfeiçoamento do genocídio de grupos indígenas a pretexto de “emancipação” ou políticas de arrocho salarial, que converteram o Brasil no detentor do triste recorde de primeiro país no mundo em acidentes de trabalho,

pois a propaganda pela segurança no trabalho emitida pelas agências oficiais não substitui o aumento salarial.

Folhetim: O senhor fala no discurso apolítico do acadêmico. Não há nenhum discurso político na Universidade?

Maurício: A separação entre fazer e pensar se constitui numa das doenças que caracteriza a delinquência acadêmica. O falar é às vezes muito pra trás. Ao analisar a crise de consciência dos intelectuais americanos que deram o aval à escalada no Vietnã, Horwitz notara que a disposição que eles revelaram no planejamento do genocídio estava vinculada à sua formação, a sua capacidade de discutir meios sem nunca questionar os fins, a transformar os problemas políticos em problemas técnicos, a desprezar a consulta pública preferindo as soluções de gabinete, consumando o que definiríamos a traição dos intelectuais.

Folhetim: Como então combater o academicismo?

Maurício: Fundamentalmente, a realidade é dialética. A mesma realidade que cria o academicismo, que cria o saber oficial, que cria a ideologia oficial, que se esclerosa e se cristaliza através dos manuais oficiais e livros didáticos, essa mesma realidade cria também a contra ideologia. Essa mesma realidade cria o seu oposto.

Folhetim: Qual a alternativa para que a Universidade deixe de ser, para usar palavras suas, um “depósito de alunos”, ou um “cemitério de vivos”?

Maurício: A alternativa é a criação de canais de participação real de professores, estudantes e funcionários no meio universitário que se oponham à esclerose burocrática da instituição. A autogestão pedagógica teria o mérito de devolver à Universidade um sentido de existência, ou seja, um aprendizado



baseado numa motivação de participação e não em decorar determinados “clichês” repetidos semestralmente nas provas que nada provam, nos exames que nada examinam, onde o aluno sai da universidade com a sensação de estar mais velho e apenas com um dado a mais: o diploma, que em si perde valor na medida em que perde sua raridade. A saída é a autogestão. Só que esta solução não se dá a nível interno da Universidade, sendo uma questão da sociedade global. Não se pode ter uma Escola pra frente com Estado pra trás.

Folhetim: Então, qual o poder da Universidade?

Maurício: A Universidade é o reflexo das contradições sociais, ela não a cria, mas reflete. Pelo fato de ser um reflexo, o seu papel não é determinante no corpo social. Não é tendo o poder na Universidade que se tem o poder na sociedade global. Isso só pode ser um sonho de uma noite de verão, não é? O messianismo acadêmico é uma desgraça. Agora, na medida em que a Universidade reflete contradições, existem intelectuais críticos e intelectuais fascistas na Universidade em si, a questão do pensamento crítico na Universidade, não se resolve internamente e sim no plano político maior, no plano das relações de poder. Se no todo social há espaço para

as contradições aparecerem, se o operário tem o direito de fazer greve, se ele tem direito de organizar o seu sindicato independente da burocracia do Estado e da política, então na Universidade há espaço para a luta. Embora a opção seja pessoal. Se não se juntar a grupos, a associações, a partidos, a ação será ineficiente. Só que as associações que se criaram neste País, os partidos políticos, como dizia o velho Oliveira Vianna, são associações públicas de direito privado, e a última eleição mostrou isso fundamentalmente. São meros clãs parentais, meros clãs feudais, meros grupos de pressão dos interesses econômicos. A formação de outros agrupamentos depende da dinâmica social e nem tanto do voluntarismo do segmento acadêmico que porque leu Marx, leu Weber, sai na rua e acha que vai formar o partido a, b ou c. Isso também é uma coisa típica do messianismo intelectual. Fundamentalmente, depende da dinâmica da organização dos trabalhadores industriais e burocráticos. Agora, apressar pode ser negativo, estar atrás também é negativo, mas estar muito a frente é mal porque fica na vanguarda sem retaguarda. Nós vimos o que foi 1964: excesso de vanguarda sem retaguarda, quer dizer, muito chefe e pouco índio.